

Jornal da **AMATRA**^{XV}

Dezembro / 2008
Edição 16
Ano 6



Dra. Zilda Arns e a rede de voluntários que salvam vidas

AMATRA XV

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região
R. Riachuelo, 473 - Sala 62
Bosque - Campinas - SP
Fones: (19) 3251-9036
www.amatra15.org.br

Presidente
Ana Paula Pellegrina Lockmann

Vice-Presidente
Flávio Landi

Secretário Geral
Guilherme Guimarães Feliciano

Diretor Financeiro
Luís Rodrigo Fernandes Braga

Diretora Cultural
Luciana Caplan

Diretora Social
Alzeni Aparecida de Oliveira Furlan

Diretor de Comunicação Social
Ricardo Regis Laraia

Diretor de Assuntos Legislativos
Francisco Alberto da M. P. Giordani

Diretora de Benefícios e Convênios
Déborah Beatriz Ortolan Inocêncio Nagy

Diretor de Aposentados
Hermelino de Oliveira Santos

Comissão Disciplinar e de Prerrogativas
Titulares
Lorival Ferreira dos Santos
Rita de Cássia S. do Carmo
Teresa Cristina Pedrasi
Suplente
José Antônio Dosualdo

Conselho Fiscal
Ana Maria de Vasconcellos
Antonia Sant'ana
Marcelo Magalhães Rufino

Diretores Regionais
João Alberto Alves Machado (Araçatuba)
Maria Helena Falco Salles (Bauru)
José Roberto Dantas Oliva (Pres. Prudente)
Márcia C. Sampaio Mendes (Ribeirão Preto)
Alessandro Tristão (São José do Rio Preto)
Lúcio Salgado de Oliveira (S.J. dos Campos)
Mauro César Luna Rossi (Sorocaba)

Jornal da AMATRA XV
Tiragem: 4.000 exemplares
Publicação Trimestral da Amatra XV
Conselho Editorial: Ana Paula P. Lockmann,
Ricardo Regis Laraia e Flávio Landi.
Foto Capa: Waldir Pecht Junior
Textos, Fotos e Jornalista Responsável:
Waldir Pecht Junior (MTb 39.757)
Projeto Editorial: Karttel Comunicação
(www.karttel.com.br)



A mensagem de amor e coragem de Zilda Arns

O ano de 2008 seguramente foi um dos mais difíceis dos últimos tempos para a Magistratura do Trabalho e, em especial, para os magistrados da 15ª Região. Ao mesmo tempo em que enfrentamos a inércia da recomposição de nossos subsídios, já defasados há três anos, continuamos a lutar pelo recebimento de diferenças líquidas e certas, por um aguardam a necessária dotação orçamentária.

Paralelo a isto, as condições de trabalho na 15ª Região passam a ser conhecidas nacionalmente como uma das mais adversas de toda a Justiça do Trabalho. Notícias nesse sentido nos são trazidas por colegas de outras regiões e, de forma inusitada, pelos novos magistrados que a cada ano tomam posse no TRT-15.

Conhecedores da realidade de outros regionais, por prestarem concursos em diversas regiões e por manterem contato constante entre si ao longo deste difícil período da vida profissional, os novos magistrados trazem dados que põem em relevo o grau das nossas dificuldades.

Desanimos, então, face às dificuldades? Muito pelo contrário. Nossa luta pela aprovação do reajuste da magistratura prossegue, assim como o acompanhamento das questões orçamentárias que venham a permitir o recebimento de nossas diferenças.

Da igual forma, a luta pela aprovação dos projetos de lei que aumentam cargos de desembargadores e de juizes substitutos no TRT-15 foi intensa ao longo de 2008. Os resultados mostraram-se aos poucos. Agora, enquanto escrevo estas linhas, os PL's passam pela Comissão de Constituição e Justiça, depois da aprovação na Comissão de Orçamento. Esperamos que no primeiro semestre de 2009 tornem-se uma realidade.

A última edição de 2008 do Jornal da Amatra XV busca trazer uma mensagem de alento, coragem e, sobretudo, de "olhar além do muro". Dia desses, quando conversávamos eu o Flávio Landi, vice-presidente da entidade, sobre o próximo Jornal, ele me dizia da idéia de fazer uma edição especial de final de ano.

Especial não pelo tamanho ou formato, mas pela matéria de capa, a ser dedicada a alguém que, por seu exemplo de vida, trouxesse aos magistrados do trabalho de todo o Brasil justamente uma mensagem de alento, de coragem e, sobretudo, de "olhar além dos muros" do nosso dia-a-dia. Quando eu me preparava para perguntar quem seria o entrevistado, ele sugeriu: a Dra. Zilda Arns.

Foi com grande satisfação, e graças ao trabalho profissional de nossa assessoria de comunicação, que conseguimos uma brecha na agenda internacional de nossa mui digna dirigente das Pastorais da Criança e do Idoso no Brasil, além da Pastoral Internacional da Criança. A Dra. Zilda Arns nos recebeu para a entrevista em Curitiba, na sede da Pastoral da Criança, com um largo e afetuoso sorriso.

Quanto às suas palavras, não me atrevo a dizer nada a respeito. Deliciem-se com a leitura da entrevista e façam delas os meus votos, e de toda a Diretoria da Amatra XV, de um Feliz Natal, e de um Ano Novo de lutas e colheitas!

Ana Paula Pellegrina Lockmann

Presidente da Amatra XV



A rede de voluntários que salvam vidas

Dra. Zilda Arns

Em entrevista concedida ao Jornal da Amatra XV, a fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança conta um pouco de sua história e do projeto que combate a desnutrição infantil em vários países.

10

Matéria Especial

CENTRO CORSINI - UAI

ONG presta assistência aos doentes de HIV/Aids há mais de 20 anos; desafio em 2009 é manter aberto abrigo para crianças portadoras da doença.

08



Festa de Final de Ano

Amatra XV

Veja galeria de fotos do evento, que contou com o show do humorista Sergio Rabello, no espaço Rasen.

06



Plínio Moraes Jr.

E também...

Artigos	04 e 05
Giro de Notícias	16
ABAS	18
Publicações	19

A saúde do trabalhador como um direito humano

Por José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva

Até dezembro de 2004 não havia por parte dos atores jurídicos preocupação direta com o tema “saúde dos trabalhadores”. Somente após a Emenda Constitucional nº 45/2004 a Justiça do Trabalho – que teve sua competência ampliada inclusive para as ações indenizatórias de danos decorrentes de acidente do trabalho – passou a dar atenção ao bem mais importante para o trabalhador: sua saúde.

Ora, trata-se a saúde do trabalhador de um direito humano, em respeito à sua dignidade essencial. Os direitos humanos são valores fundamentais de todo e qualquer sistema jurídico e repousam sobre o valor maior da dignidade da pessoa humana, um princípio praticamente absoluto para o mundo do direito (art. 1º, inciso III, da CF/88).

O fundamento último dos direitos humanos é, pois, a dignidade da pessoa, em tudo aquilo que se mostra imprescindível à sua existência. O seu objetivo é possibilitar o pleno desenvolvimento da personalidade por cada pessoa, oferecendo-lhe as condições materiais e morais para que possa alcançar o máximo desenvolvimento possível, de acordo com sua vontade. Fala-se, então, em “bens humanos básicos”, como a vida, a liberdade, a igualdade, bem como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a alimentação e o vestuário, direitos previstos nos arts. 5º, 6º e 7º da Constituição.

De modo que a saúde do trabalhador, como um direito humano, é algo a ele inerente, imanente, em respeito à sua dignidade essencial e para uma boa prestação de serviços ao empregador.

Esse direito é dotado de um conteúdo essencial, identificado nas condições mínimas que devem ser atendidas para a sua satisfação, já que compõe o rol de necessidades básicas do ser humano. Na interdependência entre os direitos à vida (com suas projeções exteriores – a integridade físico-funcional e moral), à saúde e ao meio ambiente do trabalho equilibrado, é que se identifica o conteúdo mínimo do direito em questão, com base numa interpretação sistemática da Constituição Federal (arts. 1º, 5º, 6º, 7º, 200 e 225), na qual se encontra, portanto, um fundamento máximo ao referido direito.

A saúde do trabalhador é um direito humano de natureza negativa e positiva, que exige tanto do empregador quanto do Estado não somente a abstenção de

práticas que ocasionem a doença física ou mental do trabalhador, mas também uma ação positiva, isto é, a adoção de medidas preventivas de tal doença. Eis aí os dois aspectos essenciais do mencionado direito: a) o direito à abstenção; b) e o direito à prestação, subdividido em direito à prevenção e direito à reparação.

Se para a garantia do direito à saúde o Estado tem de cumprir algumas obrigações básicas, também no campo da saúde do trabalhador ele tem de cumprir estas mesmas obrigações, porquanto se trata de espécie da saúde geral. Por isso o SUS tem diversas atribuições relacionadas à saúde do trabalhador, de acordo com o art. 6º, § 3º, da Lei nº 8.080/90.

No que se refere às obrigações básicas do empregador, para a garantia do direito à saúde do trabalhador, ele tem de cumprir todas as normas sobre o tema, estejam elas na Constituição, nas leis, nas regulamentações, nas chamadas normas “coletivas” ou nas disposições de caráter internacional, como os tratados, convenções e recomendações, especialmente as Convenções nº 148, 155, 161 e 187 da Organização Internacional do Trabalho.

É preciso, pois, identificar o conteúdo mínimo desse direito. Daí se conclui que o trabalhador tem o direito de abstenção do empregador nos seguintes aspectos:

1º) quanto ao fator tempo de trabalho: a) não-exigência de prestação de horas extras habituais (art. 7º, XIII e XIV, da CF); b) não-exigência de trabalho nos intervalos para refeição e descanso; c) não-exigência de trabalho nos dias de repouso semanal e feriados, tampouco nos períodos de férias (art. 7º, XV e XVII); d) não-exigência de trabalho da mulher durante o período de licença-maternidade (art. 7º, XVIII); e) não-exigência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos (art. 7º, XXXIII);

2º) quanto ao fator saúde mental ou psíquica: a) o não-tratamento rigoroso, vexatório, quando das ordens e fiscalização do serviço; b) e a não-exigência de produtividade superior às forças físicas e mentais do trabalhador.

Quanto às prestações a que está obrigado o empregador, para a prevenção contra acidentes e doenças do trabalho, tem ele de cumprir, pelo menos, as seguintes NRs – Normas Regulamentadoras: a) NR-4 – manter Serviço Especializa-

do em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, conforme o risco da sua atividade principal e a quantidade de empregados (Quadros I e II); b) NR-5 – organizar e manter funcionando em seu estabelecimento uma CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; c) NR-6 – fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual – EPI, adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento; d) NR-7 – elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; e) NR-9 – elaborar e implementar PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; f) NR-17 – observar rigorosamente as regras sobre ergonomia, para a adaptação das condições de trabalho às características psico-fisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar-lhes um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente no levantamento, transporte e descarga de materiais, e quanto ao mobiliário e aos equipamentos de trabalho, para evitar as LER/DORT.

Se descumpridas estas normas e o trabalhador sofrer acidente ou adquirir doença do trabalho, será o empregador responsabilizado pelos danos ocasionados à saúde do trabalhador, pois violado um direito humano.



José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva

Juiz Titular da Vara do Trabalho de Orândia, Mestre em Direito Obrigacional Público e Privado pela Unesp, Doutorando em Direito Social pela Universidad de Castilla-la Mancha (Espanha)

Influência do Direito na vida e na obra de Machado de Assis

Até hoje, muito se escreveu sobre Machado de Assis, mas pouco - ou quase nada - havia sido revelado sobre a enorme presença do Direito em sua vida e obra. Escrita por Miguel Matos, diretor de Migalhas, e Cássio Schubsky, editor da Lettera.doc, o livro *Doutor Machado: o direito na vida e na obra de Machado de Assis*, com fino acabamento, incluindo texto e imagens, mostra os diversos personagens da área jurídica e passagens em que o escritor se utiliza do jargão jurídico para construir suas ricas figuras de linguagem. Também é destacada a atuação de Machado como funcionário público federal, com referências a minutas de contratos, anteprojetos de lei e pareceres formulados pelo escritor.

A história do livro partiu de um artigo. Há cerca de um ano e meio, Schubsky sugeriu a Matos a publicação de um texto no Migalhas sobre os personagens jurídicos dos romances de Machado. A idéia foi atendida. Logo Schubsky percebeu que o artigo seria insuficiente para falar com propriedade sobre o assunto e resolveu ampliar o texto para escrever um livro. Por seu turno, Matos iniciou investigações sobre tudo o que se refere ao Direito em Machado, ampliando o escopo das pesquisas, no qual estavam incluídos, também os contos, as crônicas e a dramaturgia machadianos. "Intuíamos que o tema era quase inédito na farta literatura disponível sobre o grande escritor", revelam os autores.

Durante meses os autores prosseguiram com suas pesquisas e textos paralelos. Coube a uma amiga em comum, Olívia Raposo da Silva Telles, alertar para a "coincidência" - até que surgiu (animados com a boa acolhida obtida pelo livro *Estado do Direito Já - Os Trinta anos da Carta aos Brasileiros*, lançado em 2007, primeira parceria da Lettera.doc com o Migalhas) a idéia de somarem forças para a celebração do centenário da morte do bruxo do Cosme Velho. "Por que não escrever um livro só, em duas partes, em vez de lançar duas obras sobre o mesmo assunto?", indagam os autores na apresentação da obra. Assim, Schubsky fez uma leitura crítica dos romances machadianos, destacando seus personagens jurídicos, enquanto Matos escreveu uma antologia sobre o Direito na vida e na obra de Machado de Assis.

O resultado é surpreendente: o Direito invade completamente a vida e obra do grande mestre. "Ou seja, Machado de Assis

é todo Direito - em sua vida de funcionário público sobram exemplos de atuação jurídica; em suas amizades sobressaem os bacharéis; seus personagens jurídicos têm grande destaque; e a linguagem jurídica aparece em todos os recantos da vasta obra machadiana", prosseguem os autores.

Machado escritor foi de tudo um pouco: novelista, cronista, romancista, crítico literário e poeta - notoriamente um comentarista ferino da sociedade em que viveu, observador arguto das paixões humanas. O homem Machado de Assis não fica atrás: foi funcionário público, jornalista e, pela ótica proposta pelos autores deste instigante livro, um jurista. Em sua obra, Machado usou e abusou de figuras de linguagem construídas a partir do Direito, demonstrando conhecimento aprofundado da matéria. Conviveu de perto com muitos juristas, viu-se compelido a emitir pareceres eminentemente jurídicos em 35 anos de serviço público. Com efeito, é com os olhos de jurista que Machado desenrola seus enredos e apresenta as contradições e os conflitos da vida.

Mesmo para quem não está acostumado aos termos e pareceres jurídicos, a leitura do livro é fácil e agradável. Afinal, ambos os textos foram contaminados pelo estilo cético e humorado de Machado de Assis. Como constata Cássio Schubsky em sua introdução ("Viva o machadismo!"), "quem lê bem Machado acaba virando - um tiquinho que seja...- Machado também, inoculando sua proverbial galhofa com melancolia."

Trecho:

No epílogo (*Doutor Honoris Causa*), Schubsky imagina uma sessão solene no dia 29 de setembro de 2008, data do centenário da morte do escritor, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP.

"A platéia está repleta. Vindos de todas as partes do mundo - e de todas as partes do outro mundo... - estão presentes expoentes da cultura brasileira, amigos e admiradores do homenageado: Joaquim Nabuco, José de Alencar, Castro Alves, José Veríssimo, Graça Aranha, Quintino Bocaiúva, entre tantos outros. Catevas de estudantes. Magotes de professores lentes, assistentes, catedráticos e titulares. Autoridades monárquicas e republicanas. Comunistas, anarquistas, socialistas, social-democratas, integralistas. Conservadores e progressistas. Oswald de

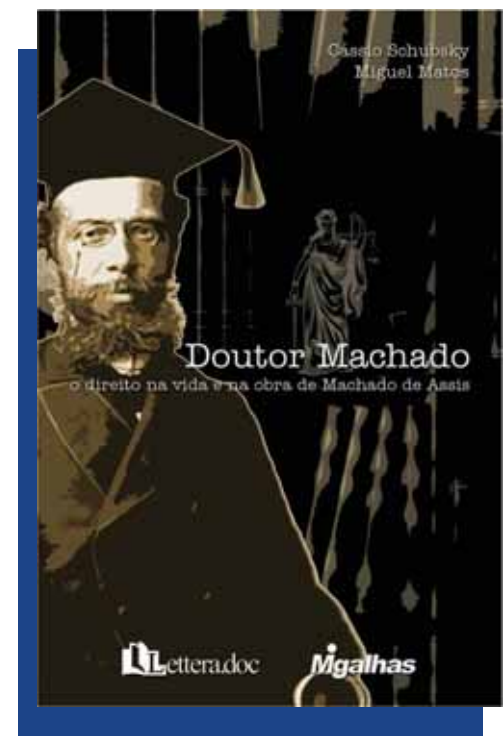
Andrade, Guilherme de Almeida, Raul Pompéia. Pompa.

É chegado o momento de reconhecer a contribuição ao Direito do mago das letras. Em instantes, irá receber Machado de Assis o título de *Doutor Honoris Causa* da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Zum-zum. Silêncio. Zum-zum. Formase a mesa: Bentinho, Aires, Campos, Luís Alves, Estevão, Meneses, Jorge, Paulo, Camacho, Batista, Osório e Cosme - todos tipos jurídicos dos romances de Machado. O mestre-de-cerimônias, que irá conferir o título ao homenageado, o bacharel em Direito por Coimbra, Brás Cubas, toma a palavra. Pigarro. Silêncio profundo. Discurso: "Ilustríssimo Doutor Joaquim Maria Machado de Assis. Tu és Deus para nós, tuas criaturas, personagens da tua imaginação grandiosa. Do pó viemos, atravessando a tua pena, para a glória eterna do papel impresso. Deste vida até a um morto, como eu (risos na platéia)."

Sobre o Livro

Título: *Doutor Machado - o direito na vida e na obra de Machado de Assis*. **Autores:** Cássio Schubsky e Miguel Matos - Co-edição: Editora Lettera.doc e Migalhas - 376 páginas - Preço: R\$ 35.





Desembargador Samuel Hugo Lima e sua esposa Elenice prestigiaram o evento de final de ano da Amatra XV



A ex-presidente do TRT-15, Eliana Felipe Toledo, com a presidente da Amatra XV, Ana Paula Pellegrina Lockmann



Juíza Tereza Pedrasi com o marido Waldir no jantar que contou com o show do humorista Sergio Rabelo no espaço Rasen



O juiz aposentado Alfredo Nogueira Bahia Barros e a esposa Cristina também foram conferir a festa de final de ano



Juízes Luciane Storel e Luiz José Dezena da Silva acompanharam a apresentação do humorista Sergio Rabelo



O juiz Francisco Peixoto Giordani entre as desembargadoras Ana Amarylis Gulla e Gisela Magalhães de Araújo e Moraes



Magistrados de S. José dos Campos e Riberão Preto com o presidente da Anamatra, Cláudio José Montesso



Associados da Amatra XV junto com o ex-presidente do TRT-15, Luiz Carlos de Araújo, no espaço Rasen, em Campinas

Jantar de Final de Ano



Coordenador da Escola da Magistratura, desembargador Fernando da Silva Borges, e sua esposa Daisy, no evento



Juíza Ana Paula Pellegrina Lockmann entre os filhos Luiz Fernando e Eduardo na festa da Amatra XV



Presidente do TRT-15, Luís Carlos Cândido M. Sotero da Silva, e a esposa Desia na confraternização de fim de ano da Amatra XV



Magistrada Kathleen Mecchi Zarins Stamato com o marido Carlos na festa que reuniu juízes da 15ª Região e familiares



Juiz Luís Rodrigo Braga e sua esposa Rosana ao lado das juízas Maria da Graça Bonança Barbosa e Andrea Pfrimer Falcão



Magistrados da circunscrição de Bauru participaram de mais uma comemoração de final de ano da Amatra XV



Juiz José Antônio Ribeiro, desembargadores Flávio Cooper e Eduardo Zanella, com os juízes Rene Marchi Filho e Orlando Taveira



Magistrados da circunscrição de São José do Rio Preto compareceram em peso no evento de final de ano

Centro Corsini: referência em tratamento de Aids

ONG de Campinas há mais de 20 anos presta assistência aos doentes; desafio em 2009 é manter aberto abrigo para crianças portadoras da doença

O Centro Corsini foi fundado em 20 de Janeiro de 1987 com o objetivo de prestar assistência integral e holística aos doentes de Aids. Quase 22 anos depois, a entidade continua como referência na área e criou um abrigo, a Unidade de Apoio Infantil (UAI), para crianças portadoras de HIV/Aids. E é justamente este abrigo o principal projeto do Corsini atualmente. O custo da manutenção é muito alto, principalmente por causa dos recursos humanos, e por isso o funcionamento em 2009 não está garantido.

A entidade foi fundada pela médica Sílvia Brandão Bertazzoli Bellucci em 1987, mas já havia começado atender no ano anterior. A organização não-governamental (ONG) tinha como objetivo dar ao paciente, além do cuidado médico, outras possibilidades de ajuda, como a parte social, odontológica e psicológica.

A entidade, por ser um Centro de Referência em Aids, recebe do Ministério da Saúde todos os medicamentos e tem parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Programa Nacional de Aids. "A ONG geralmente faz apoio, pode até ajudar no tratamento, mas não assume a responsabilidade. Normalmente é o governo municipal, estadual e federal. No Brasil, o Corsini é a única ONG que atua como Centro de Referência. "Somos um centro treinador, já fizemos treinamentos para o Ministério da Saúde, e temos um papel importante nos mais de 20 anos de Aids no Brasil, porque participamos de toda a história e organização do serviço de atendimento", conta a médica, que atua como voluntária na diretoria.



O magistrado e a presidente do Corsini, Sílvia Bellucci, juntos com as crianças do UAI

Aids

Em 1981 foi publicado o primeiro artigo sobre a doença, e, no ano seguinte, ocorreram os primeiros casos em Campinas. Como Sílvia fazia parte do Departamento de Imunologia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, ela atendeu as primeiras pessoas infectadas. "Apenas em 1984 foi aberto o Laboratório de Aids da Unicamp, então a gente não tinha nenhum conhecimento. Fazia parte do grupo de trabalho da Secretaria da Saúde e era lá que a gente conseguia a maior parte das informações de ponta. As pessoas chegavam muito doentes, muito mesmo.

Elas eram internadas, mas nem dava mais pra tratar. Eu dava o resultado dos exames para os pacientes", lembra ela.

Cerca de 5 anos depois, o Brasil começou a produzir conhecimento sobre a doença. "Até hoje, Aids a gente aprende na prática. É uma patologia nova, não tem nem 30 anos e para a medicina, isto é muito pouco para um histórico. Os medicamentos que a gente tem são novos. Os pacientes têm uma sobrevida maior, mas não sabemos amanhã o que vai acontecer com o paciente que está sendo cuidado hoje. Por isso, estamos todo dia aprendendo", afirma a médica.



Prédio em construção no Corsini: espaço multifuncional



Recém-nascido atendido na ONG: carinho

Abrigo é o principal projeto

De acordo com Sílvia, o principal projeto do Corsini hoje é o abrigo para crianças portadoras de HIV/Aids. “Principalmente para este abrigo é que precisamos de recurso. Se falta recurso, eu posso parar um atendimento ou qualquer outra coisa, mas o abrigo, não. Eu não posso parar tudo, fechar a casa e mandar as crianças embora. Por isso, estamos buscando a colaboração das pessoas, porque ele não pode parar”, diz ela.

No abrigo, as crianças portadoras de HIV são encaminhadas por meio da Vara da Infância e da Juventude. “São institucionalizadas por ordem judicial, então, não podemos falar não. Nós tratamos, cuidamos, elas vão pra escola, fazem tudo que uma criança tem que fazer. Depois do processo na Vara da Infância, se (o menor) for destituído, entra na fila de adoção, e se não, nós temos que fazer um trabalho com a família remanescente para que possa receber de novo esta criança”, diz.

Segundo Sílvia, algumas crianças atendidas não têm HIV, mas são irmãos de crianças soropositivas e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não permite que, quando as crianças são tiradas das famílias, elas sejam separadas. “É uma recomendação para manter vínculos”.

A casa tem vaga para 16 crianças e está de acordo com o ECA, cujo abrigo ideal deve comportar no máximo 20 crianças, para que seja mantida a individualidade. O UAI tinha 20 vagas, mas desde o ano passado, instituiu a figura da Mãe Social. “Um casal mora no abrigo, ela faz o papel de mãe e ele é o pai, que de manhã sai para trabalhar e volta no fim da tarde.”, conta a médica. Um dos quartos desta casa, que têm quatro dormitórios, foi cedido para o casal. “É uma experiência muito positiva, está dando muito certo. Fizemos um recrutamento e contratamos. Existe na CLT a figura da Mãe Social, é um



Juiz Marco Antonio Folegatti de Rezende assina a colaboração mensal ao abrigo UAI

trabalho regulamentado. Ela recebe para morar na casa e desempenhar o seu papel. Ela mora com o marido, tem filhos criados já (dois advogados). Ela sempre quis ajudar de alguma forma. Quando viu o anúncio no jornal, se interessou. Foi feita uma seleção e vieram vários casais participar do processo seletivo”, recorda.

Para ajudar os dois, o Corsini tem monitores que cursaram magistério, cinco técnicos de enfermagem e um enfermeiro. Além disso, tem a cozinheira, a faxineira, a lavadeira, o motorista, a pedagoga e a assistente social. “A cidade, neste momento, não pode deixar de ter este abrigo. O Corsini precisa de muito, mas o resto das coisas a gente suspende, o que não pode parar é o abrigo. Estamos con-

centrando toda a captação de recursos para viabilizar o funcionamento do abrigo em 2009”, diz ela.

A indicação da entidade para a reportagem partiu do juiz substituto Marco Antonio Folegatti de Rezende. “Eu tenho um objetivo de ver 99 colegas colaborando com R\$ 100 por mês ao Corsini, porque isso significa a subsistência da UAI em 2009. As crianças vão poder dormir tranquilas”, afirma o magistrado, que atua na circunscrição de São José dos Campos, mas é de Campinas.

Quem estiver interessado em ajudar pode entrar em contato pelo e-mail adoteumacrianca@centrocorsini.org.br ou pelo telefone (19) 2101-0101.

Primeira casa: recursos da Holanda

Em 2003, a primeira casa do UAI foi construída com recursos da Holanda, captados por Nel van Daelen, uma senhora que hoje tem 81 anos. Ela nunca tinha visto uma favela de perto e ficou impressionadíssima quando conheceu uma, em Campinas. Procurou um pastor e perguntou como poderia ajudar. Ele afirmou que precisava de R\$ 5 mil para terminar o centro comunitário. Ela conseguiu o dinheiro e depois que viu a diferença que fez, quis ajudar mais. Foi então que ela conheceu o Corsini. Fez uma visita ao antigo abrigo na Vila Nogueira, uma casa pior do que

ela podia imaginar. “Ela captou os recursos, fez jantares e trocou todos os móveis e o carro. Tínhamos uma Kombi e ela quis trocar porque disse que no país dela, Kombi não transportava nem porcos”, afirma Sílvia.

Na primeira vez, ela captou R\$ 240 mil e depois do resultado afirmou que queria construir um hospital. Em 2006, ajudou a construir a casa adaptada para atendimento ambulatorial que leva o nome da holandesa. “Ela acha que os brasileiros não se envolvem como deveriam. Por is-

so, ela disse que continua ajudando na construção, mas vai dar apenas metade do dinheiro, o resto virá da comunidade”, conta Sílvia, referindo-se ao espaço multiuso que está sendo construído no Corsini. Terá cozinha, almoxarifado, vestiários, área de festa e salas para oficina de arte, reforço escolar, informática e música. Este espaço será usado também pelas crianças da comunidade. “É importante para combater a discriminação, para que os moradores saibam o que é, que não precisa ter medo”, explica ela, que está à frente da entidade até março de 2010.

Zilda Arns e a rede de voluntários que salvam vidas

Com mais de um milhão e oitocentos mil atendimentos por mês no Brasil, a Pastoral da Criança torna-se referência internacional no combate à desnutrição

Médica pediatra e sanitarista há 50 anos, Zilda Arns Neumann, 74, mantém uma rotina intensa de viagens pelo Brasil e pelo exterior, apesar da idade avançada. Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança desde 1983, ela comanda um projeto responsável pela redução da mortalidade infantil, principalmente nas regiões mais pobres e distantes dos grandes centros. Os números mostram o sucesso de sua empreitada: o índice de mortalidade em comunidades atendidas pela Pastoral é de 11 por mil (número de crianças que morrem antes de completar 1 ano em cada grupo de 1000 nascidas vivas), o que representa metade da média nacional.

A Pastoral da Criança está presente nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, somando 4.066 cidades e 42.319 comunidades acompanhadas, com uma média mensal de 1.816.261 crianças atendidas (cerca de 20% das crianças pobres do País) e 262 mil voluntários atuantes.

Ligada à Igreja Católica, a Pastoral tem muitos líderes e voluntários de outras religiões, apesar da maioria ser católica. O voluntariado é capacitado e acompanha o desenvolvimento das crianças na comunidade em que atua. Em famílias com gestantes, eles explicam sobre cuidados importantes como preparo para o aleitamento materno, pré-natal, alimentação, higiene e vacinação, e acompanham o desenvolvimento do bebê. Nas famílias com crianças até seis anos, destacam a importância do aleitamento materno, fazem avaliação nutricional, explicam sobre higiene e saúde bucal, orientam para a prevenção e tratamento de diarreia e infecções respiratórias e também acompanham o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Em todas as casas visitadas, os voluntários falam sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

Além da Pastoral da Criança, Zilda Arns coordena a Pastoral da Pessoa Idosa desde 2004, quando foi criada. O trabalho com a "melhor idade" começou em 1993 como "um braço" da Pastoral da Criança.

O desafio ganhou conotação internacional. Zilda, que já foi cotada para receber o Prêmio Nobel da Paz em nome da Pastoral da Criança, agora tem um desafio ainda maior: em 18 de novembro deste ano foi fundada oficialmente a Pastoral Internacional da Criança, um trabalho inter-



Dra. Zilda folheia exemplar do Jornal da Amatra XV: para ela, juizes do trabalho são aliados

ligado em países como África, Guiné, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Bolívia, Honduras, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Guatemala, México, Panamá, Argentina, Paraguai e Colômbia, além das Filipinas e do Timor Leste.

Nesta entrevista ao Jornal da Amatra XV, concedida aos juizes Ana Paula Pellegrina Lockmann e Flávio Landi, Zilda Arns fala sobre sua infância, sua profissão e o envolvimento com o voluntariado, além de contar diversas histórias sobre o trabalho à frente da Pastoral. Também fala sobre a indicação ao Prêmio Nobel da Paz.

Jornal da Amatra XV – A família da senhora chegou ao Brasil em meados do século XIX. A senhora nasceu na década de 30 na mesma região que a família havia se estabelecido quase um século antes. Qual é a principal lembrança que a senhora tem da infância?

Zilda Arns – A nossa infância foi tão feliz que eu gostaria que todas as crianças tivessem a infância que eu tive. É uma

família grande. Sou a décima segunda de 13 filhos. Neste momento, tenho cinco irmãos com mais de 80 anos vivos, outros morreram. Tínhamos muita afinidade com a escola e com a igreja. Uma escola de excelência, dirigida por freiras alemãs, especialistas em educação, com aula o dia inteiro, música, arte e esporte. Depois, quando terminava o quinto ano primário, os irmãos continuavam os estudos fora, em Porto Alegre. Quando vim para Curitiba, papai já tinha construído uma casa, na Água Verde, um sobradinho, para que todos os filhos pudessem permanecer juntos. Sempre éramos mais ou menos oito irmãos em casa estudando. Os mais velhos estudavam e eu e minha irmã Zélia, que é bióloga, cuidávamos da cozinha de manhã e estudávamos à tarde. Os irmãos mais velhos trabalhavam e estudavam. Assim, fomos formando todos, dos 13, 12 fizeram universidade, quatro doutorado, sendo três fora do Brasil. Uma família que só um não quis estudar, permaneceu na agricultura. A minha infância foi muito feliz, muito feliz. Brinquei muito, morávamos ao lado do rio, nadava todo dia no

rio. Era uma beleza no Natal e na Páscoa, era extraordinário. Participávamos de coral infantil, teatro, música, então, foi realmente uma infância muito feliz.

Jornal da Amatra XV – Que lições a senhora tirou do casamento e da criação dos filhos?

Zilda Arns – Meu casamento foi feliz, mas bastante puxado. Eu tive seis filhos, o primeiro morreu no parto, por erro médico. Foi um grande trauma pra mim. Depois tive cinco filhos que se criaram. Eu trabalhava no hospital e ao mesmo tempo criava cinco filhos. Nunca saía de casa à noite. Ao meio-dia, sempre vinha almoçar em casa. Eu controlava tanto os filhos quanto o meu trabalho. No final da tarde atendia pacientes “particulares”, mas de cada 20 que vinham, se um ou dois me pagava alguma coisa é muito. Naquela época, não tinha posto de saúde e sempre tinha criança doente. Graças a Deus, não tenho nenhuma criança em minha consciência, atendi a todas.

Jornal da Amatra XV – A medicina levou a senhora ao voluntariado ou anteriormente a senhora já realizava alguma atividade deste tipo?

Zilda Arns – Minha família toda se desenvolveu com muita consciência social. Desde criança eu via meus pais participando de quermesses, sempre ajudando. Eu, por exemplo, fui catequista durante sete anos seguidos, inclusive coordenei a catequese na minha adolescência na Igreja do Coração de Jesus, na Água Verde, e parei quando comecei a me preparar para o vestibular de Medicina, por absoluta falta de tempo. Depois, quando passei, fui convidada pelas Irmãs Vicentinas a morar no hospital e aprender desde o primeiro ano de medicina. Então, elas me davam o apartamento gratuito e eu trabalhava como voluntária e ganhava a comida. Depois de meio ano, resolvi voltar a morar com meus irmãos e trabalhei no hospital César Pernetta, durante cinco anos e meio, como estudante de Medicina. Aprendi muito com o Dr. Raul Carneiro Filho, com quem eu trabalhava no mesmo consultório. Tinha uma ética médica extraordinária e foi realmente um parâmetro. Os pacientes eram todos pobres, indigentes, e ele nunca deixava de atender. Quando eu tinha plantão à noite e tinha dificuldades de atender crianças, eu o chamava e ele sempre estava pronto para atender, sem receber coisa alguma. Quando me formei, teve um concurso, passei e continuei lá, como médica formada. Depois de seis anos começou a descentralização dos serviços de saúde em Curitiba, uma proposta que foi consolidada em 1978 pela Organização Mundial de Saúde, numa conferência de Alma-Ata, na Rússia. Foi pedido que eu ajudasse na descentralização. Então, eu atendia como médica pediatra em dois postos três vezes por semana, inclusive aos sábados. Depois, fui diretora, e fiquei 13 anos. Ao

“Na minha adolescência, eu resolvi ser médica porque queria ser missionária na Amazônia e nas favelas do RJ.”

lado de cada posto, a gente fundava o Clube de Mães, para as mães aprenderem a cuidar das crianças, ensinava educação alimentar, costura para fazer o enxoval de pré-natal. Isso, em 25 bairros. Na minha adolescência, eu resolvi ser médica porque queria ser missionária na Amazônia e nas favelas do Rio de Janeiro.

Jornal da Amatra XV – A senhora tem alguma história que ilustra as dificuldades no início da Pastoral?

Zilda Arns – Tenho muitas. Meu irmão, Dom Paulo (Evaristo Arns, atualmente Cardeal Emérito de São Paulo) veio e me disse: 'Diretores da Unicef acham que a Igreja Católica pode salvar milhares de crianças se ensinar o soro caseiro'. Eu disse a ele: 'Não só o soro, mas cinco a-

ções básicas: assistência ao pré-natal, aleitamento materno, vigilância nutricional, soro caseiro e as vacinas'. Eram cinco instrumentos fortes para a redução da mortalidade infantil. Eu pensei logo em ensinar as mães e fazer com que estes cinco instrumentos fossem bem utilizados. Quando eu idealizei (a Pastoral) pensei em comunidades organizadas utilizando a mesma metodologia de Jesus multiplicando os peixes e pães. Em primeiro lugar, organizar a comunidade. Identificar líderes, mães, crianças, gestantes e estes líderes serem os promotores do desenvolvimento. Capacitaria bem estes líderes e cada líder multiplicaria o conhecimento científico e a espiritualidade do amor, da fraternidade, que é o maior mandamento da Lei de Deus. Se a gente multiplicasse o amor e o conhecimento ao mesmo tempo, nós poderíamos implementar esta educação das famílias. Eu tinha certeza, pela minha prática como pediatra e como sanitarista na direção dos serviços de saúde, que o que mais faltava às mães era o apoio em casa e o conhecimento. Mamadeiras sujas, com moscas, trocavam o leite do peito pela mamadeira. Naquele tempo as mães já deixavam de amamentar para dar a mamadeira, vacinavam ou pesavam as crianças só se ganhassem cestas básicas. Era tudo uma troca, um paternalismo muito grande. Eu sentia que deveria instruir as mães sobre a importância de pesar. Quando começamos a pesar as crianças era época de ditadura. Os da esquerda diziam que aquele era um serviço do governo. Pesar crianças, ensinar soro ... porque que a igreja iria fazer aquele esforço? E os da direita diziam: 'a igreja tem que evangelizar'. Havia também rejeição interna de algumas



Zilda Arns conversa com a presidente da Amatra XV, juíza Ana Paula Pellegrina Lockmann

“Quando eu idealizei (a Pastoral) pensei em comunidades organizadas utilizando a mesma metodologia de Jesus, multiplicando os peixes e pães.”

pastorais à Pastoral da Criança. Mas meu temperamento é de conquistar espaço e não impor, não sou muito de fazer reivindicações, que acho muito próprias, mas não é do meu jeito de trabalhar. Meu jeito é educar as famílias e promover debates de políticas públicas e conseguir que elas sejam executadas. Tem que ser mais participante da responsabilidade, porque se você é responsável e não está dando certo é porque você não faz. Uma coisa que me impressionou muito anos atrás, logo no início da Pastoral, eu cheguei em Brasília numa reunião especial, escreveram no quadro antes de eu entrar: 'fora os médicos, fora a classe médica!'. Eu era a única médica e eu senti que estavam querendo me atingir. Mas muitas vezes a melhor palavra é nenhuma palavra. Quando rejeitavam (os pedidos), eu procurava argumentar com bons argumentos, sem levar isso como ofensa pessoal. Quando peguei o avião naquela tarde, fui para São Luís do Maranhão, para visitar uma comunidade onde havia sido implantado uma Pastoral da Criança, eu mesma havia treinado os líderes. O dia estava muito bonito, muito sol. Aí eu disse: 'Meu Deus, como o Senhor faz uma natureza assim tão mara-

“Naquele tempo as mães já deixavam de amamentar para dar a mamadeira, vacinavam ou pesavam as crianças só se ganhassem cestas básicas.”

vilhosa, mas eu gostaria que o Senhor me desse um sinal sobre se eu devo avançar ou parar (com a Pastoral)'. Quando nós descemos em São Luís, lá estava frei Eurico, um franciscano que havia começado o trabalho da Pastoral naquela comunidade, no Curralzinho, uma favela grande, sem luz elétrica, sem água, só um poço artesiano. Moravam cerca de 4 mil famílias naquela favela. Eu perguntei para ele como ia o trabalho da Pastoral naquela favela. Ele não respondeu e eu pensei que era um sinal. Eu esperava que ele dissesse que estava indo bem, mas não disse nada. Eu dormi aquela noite no centro da cidade e na manhã seguinte ele veio me buscar para ir até à favela. Eu perguntava para ele sobre os resultados e ele, nada. Eu pensava, mas que esquisito. Quando paramos em frente à capela onde havíamos treinado os líderes, não tinha ninguém me esperando. Eu disse, é esse o sinal. Subimos a escada e quando ele abriu a porta da capela estava cheio de líderes e crianças. Eu fui entrando e as crianças, no meio do corredor, foram jogando pétalas de rosas até eu chegar no altar. Aí eu tive certeza, este, sim, é o sinal. Depois deste episódio, nunca mais questioneei.

Jornal da Amatra XV – A senhora já percorreu o Brasil inteiro. Como contemplar as diferenças regionais e de pessoas em um País tão grande?

Zilda Arns – No começo, eu não conhecia o Nordeste. Em 1984, começamos em alguns lugares fazendo cursos e eu sentia muito no Nordeste aquelas casinhas de barro, o pessoal sem nada, a maioria estava desnutrido. Eu me lembro de uma comunidade que eu fui que tinha três irmãos que não andavam, pois estavam desnutridos. Eu chegava em casa e via meus filhos, pré-adolescentes, que comiam muito. De manhã, queriam ovos, queijos. Isso depois de uma viagem que eu fazia e via casas que não tinham nada, nem pão, nada. Então, eu entrei um pouco em conflito íntimo. Aí, duas voluntárias que me ajudavam disseram que se eu vendesse todos os meus bens, que nem eram tantos, não dava nem para um cafezinho para cada um. Não adiantaria nada. E isso eu não poderia fazer, com cinco filhos, viúva. O melhor era empregar todas as minhas energias para promover os outros para que eles chegassem a ter a mesma alimentação. Eu dizia (aos voluntários) que a nossa conquista deveria ser no sentido de dar grande carinho às mães. As mães gostavam muito de ser atendidas por mim porque eu era muito carinhosa, eu conversava com elas, às vezes elas desabafavam e eu tinha paciência de ouvir. No Nordeste, eu vi que as mães eram carinhosas e elas eram muito sensíveis ao trato. Eu me reunia com 50, 60 pessoas, e ficava durante meia hora abraçando e cumprimentando de uma em uma, elas tinham que sentir a força perto, e não lá no pedestal, falando, mas junto com elas analisando as coisas. Valeu muito a pena, porque a gente viu o resultado, como em

São Luís, em Alagoas e outros lugares que a Unicef levou consultores internacionais para verificar a Pastoral *in loco*. Eu fazia relatórios, porque a Unicef pagava minhas viagens, e descrevia, por exemplo, que não tinha morrido criança naquele mês na favela do Brejal, em Alagoas. Antes morria uma por dia, segundo relatos dos líderes. Aí eles (da Unicef) acharam muito estranho e vieram muitos consultores, de diversos países. Eu disse, vamos discutir a Pastoral lá na favela mesmo. Reunimos a comunidade com mais de 20 consultores na capela. Eles perguntavam o que os líderes faziam quando mães chegavam com crianças com diarreia à noite. Eu me lembro bem que uma das líderes mais ativas, com uns 50 anos, respondeu assim: 'Eu, quando alguém bate na minha casa, eu acordo e escuto, é Jesus que está batendo. Aí eu vou atender a criança, e quando vejo com diarreia, com vômito, eu faço o soro caseiro, vou dando a ela, e sei que ela tomando ela vai curar, e aí a mãe leva o soro, eu ensino fazer e ela leva a criança pra casa. Se a criança piorar, digo para ela trazer de volta que eu vou com a mãe e a criança para um hospital'. Os consultores ficaram admirados. Uma outra disse assim: 'Um coisa é certa: a Pastoral trabalha com os que mais precisam, com a base, que é a mãe e a família'. Então, eles reconheciam o nosso valor por trabalhar com os mais pobres, não era um trabalho de gabinete.



Dra Zilda: carinho às mães é fundamental

Jornal da Amatra XV – A senhora falou em políticas públicas. No Brasil, nós nos preocupamos muito com a corrupção. A senhora acha que mantendo este modelo institucional dá para diminuir a corrupção ou é um caso perdido?

Zilda Arns – Eu diria que a corrupção vai diminuir pela educação, principalmente das crianças. Então, vai ser a médio e longo prazo, um trabalho de base. E

tem que educar a criança com aleitamento materno, para elas terem desenvolvimento emocional, e com o desenvolvimento integral da criança, na parte física, social, mental, espiritual e cognitiva. A criança que se cria nesta harmonia de desenvolvimento, ela estará mais apta e perspicaz para perceber as coisas. É preciso desenvolver bastante o raciocínio da criança. Isso não só ajuda que elas penssem que a corrupção não vale a pena, como também ajuda para que ela não se meta em drogas e outras coisas. Então eu penso que se nós educarmos a criança na família e as escolas não se preocuparem só com a ciência, mas principalmente com a educação da própria personalidade da criança, com valores culturais sobre ética, verdade, solidariedade, auto-estima, esses vão ser muito diferentes. Onde existe a ignorância, facilmente os corruptos compram os votos. O pobre diz: 'vou ganhar o que se votar?'. É uma questão de educação. Mas acho que melhorou bastante de 25 anos pra cá. O pessoal está muito mais consciente e a corrupção está diminuindo rapidamente. O que se deve impedir é a impunidade, pois a impunidade encoraja a corrupção.

Jornal da Amatra XV – A senhora ressaltou muito a educação das crianças e

“Quem contrata o trabalho infantil é o primeiro criminoso.”

a Justiça do Trabalho tem uma luta contra o trabalho infantil. Gostaria que a senhora falasse um pouco a respeito.

Zilda Arns – No trabalho infantil, quando foi discutido na Comunidade Solidária, no tempo da (ex-primeira dama) Ruth Cardoso, eu era conselheira e dizia naquela época que, quando os pais mandam as crianças trabalharem, eu via sempre nos canaviais que eram os pais que mandavam, as crianças ganhavam por feixe de cana e não iam para a escola. Eles queriam ganhar dinheiro para ter o sustento. Para combater o trabalho infantil, em primeiro lugar, não adianta só punir os pais. Tem que ver como melhorar a situação dos pais, para que eles vejam que não é o caminho, que a criança precisa ir à escola para ter um futuro melhor. A ideia do Peti (Programa de Erradicação do

Trabalho Infantil) surgiu na Comunidade Solidária. Quem contrata o trabalho infantil é o primeiro criminoso. Por outro lado, a educação deve melhorar de qualidade. Porque as crianças saem do trabalho infantil, mas também não gostam de ir para a escola, porque a escola é de má qualidade. A educação integral não deve ser feita através do castigo, mas por meio de uma atividade lúdica, que realmente eduque. Uma vez eu contei em uma palestra para promotores em Belém do Pará que, na minha infância, em Forquilha, nós tínhamos vacas leiteiras no sítio, e uma fábrica de queijos, sem energia elétrica. Então, levantávamos cedo, quatro e meia da manhã, tirávamos leite das vacas para que chegasse na fábrica e não azedasse o leite, porque não tinha refrigerador. E todos os irmãos ajudavam. Eu tinha 6 ou 7 anos de idade e levantava em dias de geada, punha as meias de lã de carneiro, que fazíamos em casa, tamancos de madeira e segurava o rabo da vaca. Era o meu trabalho. Depois, quando crescia, já tirava os bezerros. Mas nunca fui prejudicada na saúde e muito menos na escolaridade. Íamos para escola, brincávamos, assistíamos aula o dia inteiro, porque às sete horas da manhã já tínhamos feito todo o trabalho. Eram mais ou menos duas horas de trabalho. No final da tarde, novamente



Dra. Zilda entre o vice-presidente e a presidente da Amatra XV, juizes Flávio Landi e Ana Paula Lockmann, durante entrevista

“(...) ajudar em casa, ter responsabilidade, sem prejudicar a saúde, o estudo, o lazer, é um grande benefício.”

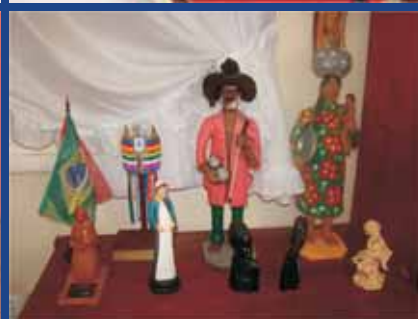
tirávamos o leite. Então, acho que o trabalho infantil não deve ser remunerado, mas ajudar em casa, ter responsabilidade, sem prejudicar a saúde, o estudo, o lazer, é um grande benefício. Eu vejo hoje a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. É muito bom, mas a criança não poder fazer nada? Ficam mal-criados, sem limite, têm que aprender, têm que participar, ser responsáveis, desde que não prejudique a saúde e educação. Às vezes, a interpretação da lei é feita de forma equivocada.

Jornal da Amatra XV – Muitas pessoas que têm emprego e saúde se deixam abater por situações corriqueiras do dia-a-dia, com problemas inerentes à vida. A senhora daria algum conselho para essas pessoas, com toda sua experiência com as situações vividas aqui na Pastoral da Criança?

Zilda Arns – Eu aprendi um gesto com meu pai, que era muito inteligente. Quando alguém vinha com coisas assim, ele fazia um gesto com as mãos e falava: 'não ligo para estas coisas, leve a vida pra frente'. Eu tenho um sentimento que a vida é muito preciosa e a gente não deve dar valor a fuxico, mas tocar o barco pra frente. No começo (da Pastoral), quando me atacavam muito, muitas vezes com calúnias, Dom Paulo dizia: 'não discuta, o que querem é te desanimar'. Eles queriam me desanimar, me machucando pessoalmente, para ver se eu desanimava. Mas quando eu acredito nas coisas, eu levo pra frente. Acho a vida tão preciosa que a gente deve gastar os medos fazendo o bem e não nessas coisas. Às vezes, saem matérias em jornais que me deixam superchateada, mas eu penso, será que vale a pena retrucar? Melhor é tocar a vida pra frente. Tenho tantas coisas para fazer, que a prioridade sempre é outra.

Jornal da Amatra XV – Nós, juizes do trabalho, buscamos a justiça social, mais igualitária. A própria CLT prevê um equilíbrio maior entre o empregador e o empregado. A senhora sente o juiz do trabalho um aliado da Pastoral?

Zilda Arns – Sempre foi. Tem 270 mil



Em suas viagens pelo Brasil, Dra. Zilda ganha diversos presentes: (a partir do alto, em sentido horário), flâmula da Pastoral, adereços indígenas, imagens religiosas e mais adereços usados por índios da Amazônia

“No começo (da Pastoral), quando me atacavam muito, muitas vezes com calúnias, Dom Paulo dizia: 'não discuta, o que querem é te desanimar'. Eles queriam me desanimar, me machucando pessoalmente, para ver se eu desanimava. Mas quando eu acredito nas coisas, eu levo pra frente.”

voluntários que trabalham, com uma média de 24 horas por mês cada um. Para nós não sermos, vamos dizer, vítimas de pessoas que trabalham voluntariamente e depois entram na Justiça para dizer que não pagamos, nós temos um livro ouro dos voluntários da Pastoral, que tem a lei do voluntariado, que manda que todos os gastos sejam pagos pela instituição, a não ser que o voluntário não queira. Nós temos normas a seguir e nunca fomos condenados por um juiz do trabalho. Em 25 anos de trabalho, tivemos apenas três questionamentos e os três nós vencemos. Eu tenho muito respeito pelas leis trabalhistas, sempre tive.

Jornal da Amatra XV – Existem líderes da Pastoral evangélicos e mulçumanos em outros países, não é mesmo?

Zilda Arns – No Brasil também temos. Em Guiné Bissau, eu fui ano passado e fiquei emocionada de ver mulçumanos, católicos, evangélicos da Assembléia de Deus e da Igreja Batista caminhando juntos e formando líderes juntos. Era a equipe de capacitação. Nós sempre começamos o trabalho com uma oração. Lá, uma vez são os mulçumanos que fazem, e os outros acompanham, com os mesmos gestos, e depois eles se revezam. Tudo em perfeita harmonia. Tivemos uma missa muito bonita em uma diocese do interior e havia várias mulheres mulçumanas, com aqueles trajes. Elas vieram me cumprimentar, com o rosto alegre, sabe? Eu perguntei: 'vocês gostam da Pastoral?'. Elas responderam: 'é a nossa vida, adoramos'. Eu acho que Deus é grande, Deus é amor, e ninguém deve ser desvalorizado por causa da religião. Uns aprendem com os outros. Eles escolheram a Pastoral para coordenar, mas todos colaboram, achei isso muito bonito.

Jornal da Amatra XV – Qual a impor-

tância de ter sido indicada ao Prêmio Nobel da Paz?

Zilda Arns – Não fui eu, foi a Pastoral a indicada. As pessoas confundem. Em primeiro lugar, acho que uma entidade ganhar o Prêmio Nobel é muito mais difícil do que uma pessoa ganhar. Essa é a minha percepção. Dificilmente é para uma entidade, então, esta é a primeira dificuldade. Mas eu diria que, pessoalmente, eu me sinto todos os anos com o Prêmio Nobel. Porque o fato da Pastoral reduzir a mortalidade infantil, a desnutrição, vale muito mais que um Prêmio Nobel. Naturalmente, para o Brasil seria muito bom, uma honra. Acho até que a Pastoral merece, porque para receber o prêmio a ação desenvolvida precisa ser de boa qualidade, reproduzível, replicável em outros países, para servir de referência, o que está sendo feito desde 1991 aqui e em outros países. Fomos para Angola, em outubro

“Eu me sinto todos os anos com o Prêmio Nobel. Porque o fato da Pastoral reduzir a mortalidade infantil, a desnutrição, vale muito mais que um Prêmio Nobel.”

também trabalhando o aproveitamento total dos alimentos. Por exemplo, casca de banana é rica não só em fibras mas em micronutrientes e é jogada fora. O pó da casca de ovo também. E não é só o alimento. Está provado: quando a criança é bem tratada ela absorve melhor o alimento. Quando recebe maus tratos, ela come e não engorda tanto. É uma coisa universal: a nutrição não depende só dos alimentos, mas de todo o trato com a criança.

“(...) quando a criança é bem tratada ela absorve melhor o alimento.

Quando recebe maus tratos, ela come e não engorda tanto.”

Jornal da Amatra XV – Quem quiser ajudar, com dinheiro, como deve proceder?

Zilda Arns – Na Pastoral, nós temos uma conta de doações. A gente nunca recebe pessoalmente a doação e a transparência é a suprema lei da Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa. Tem que ser uma coisa muito bem feita, desde receber até prestar conta.



Juiz Flávio Landi entrevista a indicada em 2001 e 2002 ao Prêmio Nobel da Paz

deste ano, para implementar o sistema informatizado da Pastoral, que já funciona na Colômbia, no Paraguai, e um pouco menos em outros lugares. Em Angola, eles estão sem dinheiro, muito menos para comprar computadores. Já falei com o (empresário Emílio) Odebrecht e eles vão nos ajudar. Lá teremos a informação por meio informatizado. Sabemos que a mortalidade infantil em Angola está em 145 por mil, aqui no Brasil está 22 por mil e na Pastoral está 11 por mil.

Jornal da Amatra XV – Como surgiu a receita da mistura amplamente divulgada para combater a desnutrição?

Zilda Arns – A Pastoral sempre defendeu uma alimentação saudável. Mas Clara Brandão, uma médica que trabalhava no Inamps, expôs um trabalho que ela tinha desenvolvido em uma creche de desnutri-

dos, e lá ela trabalhava com farelos. Achei interessante. Mas com o tempo, comprovamos que o que realmente ajuda é a família comer alimentos diversos, porque não são duas colheres de farelos que vão fazer a criança recuperar-se da desnutrição, apesar de serem alimentos que ajudam. E três anos atrás, fizemos algumas pesquisas em universidades e verificamos que as nossas crianças também tem anemia. O povo deixou feijão, arroz, moela, fígado, ovo, para comer sanduíche e macarrão, um dia atrás do outro, não come frutas e verduras, acaba com anemia. Vencemos a desnutrição na Pastoral, está em 3,1 por mil, mas não vencemos a anemia. Estamos trabalhando a alimentação saudável, o desenvolvimento de hortas e ensinando que o feijão e arroz devem estar no prato das crianças todos os dias, junto com as verduras. Os farelos não nos ajudaram a controlar a anemia. Estamos

Para acompanhar mais de 1,8 milhões de crianças pobres em todo o Brasil, a Pastoral da Criança articula parcerias, convênios e recebe doações. As pessoas físicas ou jurídicas que quiserem colaborar com o trabalho da Pastoral da Criança na área de saúde, educação, nutrição e cidadania em mais de 42 mil comunidades pobres, pode fazer a doação através das contas:

Banco do Brasil
Agência: 1244-0
Conta Corrente: 23889-9

Banco HSBC
Agência: 0058
Conta Corrente: 12345-53

Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da CNBB
CNPJ: 00.975.471/0001-15

Jogos da Anamatra: Amatra XV ganha um ouro e é vice no futebol

A delegação da Amatra XV nos Jogos da Anamatra, disputados entre 31 de outubro e 2 de novembro, no Rio de Janeiro, obteve excelentes resultados e conquistou uma medalha de ouro no atletismo e o vice-campeonato no futebol, além de uma medalha de prata e um 4º lugar, também no atletismo, e uma medalha de Destaque nos Jogos, por ter um dos participantes de maior experiência.

O juiz substituto José Antonio Dosualdo ganhou a medalha de ouro na prova

dos 10.000 metros (categoria até 35 anos) e ficou em 2º lugar na mesma categoria da prova dos 5.000 metros. Já a juíza Andrea Guelfi Cunha conquistou a medalha de prata na prova dos 10 km (categoria de 35 a 46 anos) com o tempo de 59m53s. O juiz Lúcio Salgado de Oliveira ficou em 4º lugar na prova dos 5 km (categoria de 46 a 55 anos) com o tempo de 26m10s. Além deles, o magistrado Manoel Luiz Costa Penido ganhou medalha de Destaque dos Jogos, por ser um dos três atletas mais experientes da competição.

Futebol

O time de futebol da Amatra XV ficou com a medalha de prata da competição. Na decisão, após o empate sem gols, a disputa foi para os pênaltis e o título ficou com a Amatra 1, que converteu as duas cobranças.

A Amatra XV parabeniza a todos os atletas-juizes que participaram da 4ª Edição dos Jogos da Anamatra no Rio de Janeiro.



Divulgação

O time da Amatra XV contou com a torcida da presidente Ana Paula Lockmann e foi formado pelos juizes (da esquerda para direita) Manoel Penido, Welington Amadeu, Marco Rezende, João Cilli, Lúcio Salgado, Jorge Souto Maior e Firmino Lima (em pé); Alexandre Alliprandino, Renato Sant'Anna, Paulo Belloti, Tiago Pita e José Dosualdo (agachados). O juiz André Wenzel integrou a equipe, mas não aparece na imagem.



Divulgação

A juíza Andrea Guelfi Cunha e o juiz José Antônio Dosualdo, do atletismo

Des. Samuel Lima toma posse

O ex-presidente da Amatra XV, Samuel Hugo Lima, tomou posse no dia 23 de outubro como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15). Samuel foi incluído pela terceira vez consecutiva na lista tríplice para promoção por merecimento em votação do Tribunal Pleno ocorrida no dia 25 de setembro. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva formalizou a nomeação na semana passada.

Muitos juizes e desembargadores prestigiaram a posse, entre eles, a presidente e o vice-presidente da Amatra XV, Ana Paula Pellegrina Lockmann e Flávio Landi, além do atual e do ex-presidente do TRT-15, desembargadores Luis Carlos Cândido Martins Soterro da Silva e Luiz Carlos de Araújo, respectivamente.



Sector de Imprensa/TRT-15

A esposa Elenice, entre os desembargadores Araújo e Soterro, prestigiou a posse de Samuel

Festa e show de final de ano

Mais de 200 pessoas, entre magistrados e convidados, participaram da festa de final de ano da Amatra XV no espaço

Rasen, em Campinas. Além de coquetel e jantar, os presentes puderam acompanhar o show do humorista Sérgio Rabello.

Foi um grande evento para comemorar mais um ano de vida associativa. Parabéns a todos os associados!



Plínio Moraes Jr.



Plínio Moraes Jr.

Sergio Rabello fez todo mundo rir com um excelente show

Juízes e familiares acompanham a apresentação do humorista

Treze novos juízes ingressam na 15ª

Treze novos magistrados foram empossados em 17 de novembro, na sede do TRT-15, após serem aprovados no 23º Concurso para Magistratura da 15ª Região. A 14ª vaga está reservada, porque um dos candidatos não tomou posse, por causa de uma questão do concurso que continua sub judice.

Os novos juízes substitutos da 15ª Região são: Amanda Barbosa, Andrea Carla

Zani, Camila Ceroni Scarabelli, Elaine Pereira da Silva, Fábio Natali Costa, Fernanda Guedes Pinto, Maria Teresa de Oliveira Santos, Moacir Antonio Olivo, Newton Cunha de Sena, Paula Maria Amado de Andrade, Polyanna Sampaio Candido da Silva, Thiago Henrique Ament e Vivian Chiaromonte.

A Amatra XV parabeniza a todos pelo ingresso na magistratura.

Seminário lota plenário do TRT

O Seminário “Declaração Universal, Constituição e Direitos Sociais”, realizado pela Amatra XV e pela Escola da Magistratura, lotou o plenário do TRT-15 nos dias 13 e 14 de novembro. A abertura foi feita pelo presidente do TRT-15, desembargador Luiz Carlos de Araújo. O ministro aposentado do TST, José Luciano de Castilho Pereira, falou sobre “Os Princípios Constitucionais e o Direito do Trabalho”.

Além de várias palestras, o encerramento teve palestra do deputado federal e professor de Direito Constitucional, Michel Temer, sobre “Os Direitos Sociais na Constituição Federal”.



Sector de Imprensa/TRT-15

Os novos magistrados da 15ª Região durante a posse realizada no TRT-15



Juízes acompanham o evento científico

Atitude e Saúde

Em recente congresso sobre gestão de assistência à saúde, alguns pontos chamaram minha atenção.

Inicialmente, parece não haver nada de novo sobre como otimizar os recursos investidos no segmento. O custo assistencial continuará crescente e a sinistralidade também. Os programas de promoção e prevenção da saúde não mostraram resultados tão positivos quanto os esperados. A sociedade torna-se cada vez mais dependente de terapias, procedimentos e medicações.

Não há, também, qualquer perspectiva de interação ou mudança nos modelos de atenção à saúde, que aqui contemplam duas lógicas, uma pública e outra privada. Do lado público, a carência de recursos e a falta de coordenação nas ações estratégicas governamentais são ameaças constantes ao cumprimento adequado dos princípios constitucionais da integralidade e universalidade. No lado privado, ainda são claras as fragilidades decorrentes da falta de uma política de atendimento primário, da importância atribuída ao cuidado médico segmentado e da incorporação tecnológica sem critérios. Ambos os sistemas acabam sendo ineficientes em seu objetivo básico, que deveria ser o de fazer com que seus usuários permanecessem mais tempo saudáveis.

Reflexo disso, por exemplo, é o indicador de esperança de vida ao nascer. No Brasil, o parâmetro vem sofrendo sensível elevação nos últimos anos. Entretanto, o detalhe interessante é o da chamada expectativa de vida saudável, que continua reduzida no país. Ou seja, o brasileiro está vivendo mais, porém passa mais tempo de sua vida doente, o que eleva as perspectivas de uso dos recursos de saúde.

A combinação de fatores apresentada é muito perversa para sistemas de assistência à saúde, sejam públicos ou privados. O panorama de custos crescentes, demanda elevada, recursos limitados e falta de interação/coordenação nas ações em saúde tende a criar problemas de sustentabilidade à operação do setor. Isto sem considerar a atual crise econômica

mundial, que ao afetar, entre outras coisas, os níveis de empregabilidade e rentabilidade das empresas, influencia nas o-pearadoras de planos de saúde, eis que cerca de 80% dos contratos de prestação de assistência médica são baseados em benefícios trabalhistas, e isso influi na redução dos níveis de receita estatal.

O que parece curioso é que o usuário dos serviços de saúde, o destinatário das ações, o sujeito do estado de doença, aparentemente acredita que nada tem a ver com toda a discussão apresentada. Não importa se há consultas e exames desnecessários, internações e cirurgias evitáveis e uma inegável busca por recursos tecnológicos e terapêuticos ditos "de ponta", mas sobre os quais, na verdade, pouco se sabe acerca de sua efetividade. O raciocínio é que o provimento das necessidades cabe a outro ente, a quem também pertence a resultante final desta

hipertensos simplesmente atentassem para a redução da ingestão de sal na dieta, a diminuição dos eventos de derrame seria de, aproximadamente, 20 a 25%.

Mais do que recursos financeiros, novos modelos e regulação, a gestão dos sistemas de saúde precisa obter a sensibilização e a colaboração do usuário, convencendo-lhe de que a sua atitude é fundamental na busca de uma vida com melhor qualidade e na redução dos problemas de saúde, dos episódios de trauma e da necessidade de recursos médicos.

Cada pessoa deve ser seu próprio gestor de saúde, procurando conservar essa que só valorizamos quando perdemos e que, então, procuramos cobrar de outro a integral responsabilidade pela correção dos danos causados pelas conseqüências

"80% dos contratos de prestação de assistência médica são baseados em benefícios trabalhistas"



Maurício Corrêa de Cerqueira César

Gerente Executivo da ABAS 15

Especialista em Gestão de Sistemas de Saúde (EPGE/FGV)

Aluno Especial de Disciplinas de Mestrado em Saúde Coletiva (FCM/UNICAMP)



YOU TRAVEL
TURISMO

www.youtravel.com.br
youtravel@youtravel.com.br
Tel: (19) 3289-1946 (19) 3579-6434
(11) 8307-9959

Atendimento especial para associado da Amatra XV. Consulte tarifas imperdíveis.

Acidente do Trabalho



Sub-Título: Responsabilidade objetiva do empregador
Autor: José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Edição: Outubro/2008 – 256 páginas
Editora: Ltr
Preço: R\$ 45

Este livro apresenta à comunidade jurídica uma teoria inovadora, a da responsabilidade objetiva do empregador pelos danos decorrentes de acidente do trabalho, sendo fruto das reflexões do autor durante seu Mestrado em Direito Obrigacional Público e Privado. O tema é investigado com profundidade, havendo estudo minucioso dos temas: saúde do trabalhador, direitos humanos, acidente do trabalho, responsabilidade civil, responsabilidade do empregador e indenizações cabíveis. Portanto, trata-se de obra da maior atualidade, imprescindível para juízes, advogados, estudantes e outros atores jurídicos.

Execução no Processo do Trabalho



Autor: Mauro Schiavi
Edição: Outubro/2008 – 376 páginas
Editora: Ltr
Preço: R\$ 75

Esta obra, elaborada de forma didática, apresenta moderna visão da execução no processo do trabalho, destacando seus institutos e peculiaridades à luz da teoria geral do processo, da doutrina e da jurisprudência dos tribunais. A importância da execução é vital para a efetividade do processo, pois de nada adianta todo o esforço judicial para declarar o direito na fase de conhecimento, se ele não for materializado, entregando o bem da vida pretendido para ao exequente, a quem pertence por direito.

Trabalho Escravo



Sub-Título: A abolição necessária
Autor: Rodrigo Garcia Shwarz
Edição: Julho/2008 – 264 páginas
Editora: Ltr
Preço: R\$ 50

Uma leitura fundamental para a compreensão da escravidão nos dias atuais, sua amplitude e seu vínculo com a dinâmica do capitalismo. De forma crítica, o autor expõe, com a paixão do militante das causas sociais, o que tem sido feito e o que resta e é possível fazer para a eliminação da escravidão no Brasil. Um livro que perturba, esclarece, desmistifica e convida à ação.

Tratado de Direito Processual do Trabalho - Vols. I e II



Autor: Francisco Antonio de Oliveira
Edição: Setembro/2008 – 1.776 páginas
Editora: Ltr
Preço: R\$ 220

Esta obra tem por objetivo facilitar a vida dos operadores do direito nas consultas necessárias do dia-a-dia e traz à mão praticamente toda a matéria que envolve o Direito Processual do Trabalho, fazendo as incursões necessárias sobre as ações de cunho civilista que tenham aplicação em sede trabalhista. O processo do trabalho apresenta-se hoje com uma complexidade maior quando comparado ao processo civil. Isso se dá não só pela dependência subsidiária deste, mas principalmente pelas suas peculiaridades e construções doutrinárias que se formaram ao longo de quase sete décadas.



LACIER
 Livraria Jurídica

Representante LTr

"Os melhores descontos e condições de pagamento com a nossa tradição"

Livros de todas as áreas (nacionais e importados)